

GRADAÇÕES DO NECROPODER EM *O AVESSO DA PELE*: O CARÁTER INSURGENTE DA LITERATURA

*Karine Aragão dos Santos Freitas**
karinearagao@letras.ufrj.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Talita Rosetti Souza Mendes***
talita.rosetti@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo objetiva suscitar representações e práticas necropolíticas na obra *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, evidenciadas, principalmente, a partir das trajetórias de vida dos personagens Henrique e Martha, recuperadas pela narrativa memorialística do filho Pedro, na qual os pais assumem, respectivamente, a simbologia de uma ferida no estômago e de um poço sem fundo. Nesse contexto, toma-se como metodologia perceber como *O avesso da pele*, romance contemporâneo, desmascara múltiplas formas de violência empregadas sobre corpos marginalizados, em que a cidade de Porto Alegre pode ser apreendida como uma metonímia do próprio país do qual faz parte. Espera-se, com essa análise, reafirmar, como conclusão de estudo, o caráter insurgente da literatura no combate às violências vividas, cotidianamente, pela população negra no Brasil, sendo ela, em si, novo caminho para representar, para resistir e para transformar o cenário necropolítico que existe, neste território, desde o Brasil colônia.

Palavras-chave: *O avesso da pele*; necropolítica; negritude; literatura contemporânea; literatura insurgente.

1 Introdução

* Doutora em Letras / Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio (2017) e Mestre Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (2012). Possui graduação em Letras também por essa instituição (2009). Professora Substituta de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os interesses de pesquisa debruçam-se, principalmente, sobre as relações entre: decolonialidade e o corpo feminino; estética e política; e as possíveis (re)construções de novas epistemologias sociais/acadêmicas, com base nos caminhos da decolonialidade.

** Doutora em Estudos de Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2022). Mestre em Estudos de Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003), Pós-graduada em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP 2012), Graduada em Letras Português - Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ 2009). Membro do grupo de pesquisa Linguagem, Cultura e Trabalho, da PUC-Rio. Desenvolve pesquisas nas áreas da linguística aplicada, análise da narrativa, sociolinguística interacional, ensino e decolonialidade. Interesses de pesquisa: articulação entre discurso, práticas e construções identitárias na educação.

Se pensarmos no caso do Brasil, foram séculos sob o jugo colonial e imperial escravagista. Nos formamos enquanto território e sociedade marcados por uma profunda desigualdade e pela constante presença da morte e da exploração de corpos e de recursos. Cabe, agora, pensar em que sentido essa necropolítica, cujos pilares foram fundados no processo de colonização, pode nos ajudar a entender certas questões territoriais e sociais em nosso país (Ferreira, 2018, p. 119).

O relatório *“Pele alvo: a cor que a polícia apaga”*, divulgado em novembro de 2022 pela Rede de Observatórios de Segurança, aponta que a violência e a letalidade provocadas pela polícia têm como principais alvos os corpos negros brasileiros. O levantamento para a pesquisa foi realizado por meio de dados oriundos das secretarias estaduais de segurança e foram gerados em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

Os números, de acordo com o registro, apontam que a instituição policial permanece como núcleo que mata ao menos cinco pessoas negras por dia, chegando a ultrapassar, percentualmente, o grupo de negros que habita em diversos estados brasileiros. São Paulo, Piauí, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Ceará e Maranhão são estados que têm ganhado destaque e recebido monitoramento contínuo de estudiosos.

Sob qualquer aspecto que analisarmos os dados de mortes em ações policiais nesses sete estados, a distribuição racial das ocorrências é reveladora dos dispositivos descritos anteriormente: negros são 97,9% dos mortos na Bahia, 96,3% em Pernambuco, 92,3% no Ceará, 87,3% no Rio de Janeiro, 75% no Piauí e 68,8% em São Paulo, quando excluímos os casos em que não temos informações sobre a cor da vítima. No Maranhão, a secretaria de segurança impede a análise dos dados sobre letalidade policial ao não divulgar a distribuição de cor dos mortos. Afinal, uma maneira de não lidar com um desvio grave é não registrá-lo.

Outros estados, no entanto, ainda que o número de assassinados seja menor, também têm se destacado pelo número de casos envolvendo atos racistas registrados de forma oficial, como é o caso de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Diante dessa realidade e do avanço dos movimentos negros no país, emerge, cada vez mais, na literatura contemporânea, obras que abordam temáticas relacionadas às realidades vividas por esse grupo minoritário que, historicamente, foi posto em situação de marginalização, de subalternidade e de objetificação, sendo retratados na literatura, muitas vezes, não por suas próprias vozes, mas a partir da representação construída por aqueles que os entendiam como “os outros”, em uma

perspectiva que Sueli Carneiro denomina de “outridade”, muitas vezes, pertencente ao não-ser (Carneiro, 2005).

Dito isso, neste artigo, analisaremos a obra *O avesso da pele*, do premiado autor carioca Jeferson Tenório. Para isso, percorreremos debates acerca da literatura e da representação, considerando gradações da necropolítica presentes no supracitado romance. As análises apontam para formas diversas de aniquilamento do outro, seja no campo emocional/afetivo, seja no campo físico, culminando na morte de um dos personagens centrais, o que, inevitavelmente, também gera afetos múltiplos no narrador-personagem.

Com o presente artigo, esperamos reafirmar o caráter insurgente da literatura no combate às violências vividas, cotidianamente, pela população negra no Brasil, sendo ela, em si, novo caminho para representar, para resistir e para transformar o cenário necropolítico que existe, neste território, desde o Brasil colônia.

2 Desenvolvimento

Estabelecer conexões entre literatura e direitos humanos, segundo Antonio Candido, no texto *O direito à literatura*, exposto no livro coletânea *Vários escritos* (1995), parece algo “desligado dos problemas reais”, dado que direitos outros, como acesso à alimentação, parecem anteceder esse debate. Na prática, por outro lado, salienta o autor, eles também se mantêm conectados de inúmeras formas, sendo a obra literária, tal como sua produção, seu acesso e sua compreensão, poderoso instrumento para organizar, para representar e para transformar cenários/realidades, algo que, sem dúvida, tem caráter humanizador e, por essa mesma razão, representa-se como direito fundamental e conectado aos outros direitos de muitas formas possíveis.

2.1 Literatura, representação e desmascaramento das políticas de morte

Segundo Candido (1995), a “racionalidade técnica” e o “domínio da natureza” poderiam acabar, por exemplo, com problemas sociais como a insegurança alimentar. No entanto, a irracionalidade do comportamento humano é máxima. Assim, há impedimento para que condições desiguais deixem de existir ainda que existam meios para que isso aconteça. Se os meios existem, no entanto, “a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa” mesmo em meio à crescente barbárie. Nesse

contexto, “pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós também é indispensável para o próximo”, não tratando as nossas necessidades como algo mais urgente do que seria se fizesse parte da vida de outras pessoas (Candido, 1995 p. 95).

A luta pelos direitos humanos, nessa ordem, incluiria não apenas bens que asseguram a sobrevivência física, imediata, mas a integridade espiritual. Ou seja, continuam sendo direitos entendidos como inalienáveis não só a alimentação, a moradia, a segurança, mas também o exercício pleno da crítica, da crença, do lazer, no qual está, invariavelmente, presente a literatura, que pode ser manifestada em criações de toque poético, ficcional, dramático, em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, seja oralizada, escrita e, se podemos incluir, sinalizada ou elaborada de qualquer outra maneira que represente a manifestação de grupos diversos.

Nessa ampla concepção, vale perceber a literatura também como direito humano, porque “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”, não sendo experiência inofensiva e tendo funções importantes não, necessariamente, pré-definidas, mas sempre humanizadoras, porque também faz, de alguma forma, viver (Candido, 1995, p.175).

Sob essa perspectiva, a função da literatura, conforme Candido (1995), está apoiada em, pelo menos, três perspectivas simultâneas: é construção - com estrutura e com significado, é forma de expressão e é elaboração de conhecimento. Segundo o autor, como objeto construído a partir da palavra organizada, ordena e propõe pensamentos, sentimentos, visões, tirando-nos do completo estado de caos existencial e permitindo fabulações; como expressão, obedece a ordens propostas ou estabelecidas e/ou planejadas pelo autor e pelo leitor, podendo ser política e social; como conhecimento, por fim, incorpora e enriquece nosso olhar para o mundo, para nós mesmos, para o diferente, incutindo sentimento de urgência e de insurgência diante de problemas relacionados a questões em diferentes frentes. Nesse sentido, a literatura permite a criação, tal como permite o desmascaramento do social, podendo revelar a negação/privação dos direitos mais básicos, como o direito à dignidade de existir, e as políticas de morte que, contra esse pressuposto, atentam diariamente. É, nesse sentido, possibilidade para alavancar o sonho ao mesmo tempo em que pode

revelar os pesadelos dos quais a sociedade, muitas vezes, tenta, ingênua ou propositalmente, desviar-se.

Nesse âmbito, vale salientar também *Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea*, escrito pela professora Regina Dalcastagnè (2002), texto no qual a autora reflete sobre a literatura como forma de representação, arte em que se chocam interesses e perspectivas sociais, sendo esse último o lugar a partir do qual pessoas diferentes expressam suas vivências de modos diferenciados, sendo, por isso, necessária uma reflexão acerca do *acesso à voz* na produção literária brasileira. A partir do debate acerca da democratização do acesso, está em jogo também o lugar de fala (Ribeiro, 2019), considerando, diretamente, “quem fala e em nome de quem”. Muito além disso, também está em foco quem fala e quem, de fato, é ouvido mesmo quando consegue ter acesso aos meios de produção (Dalcastagnè, 2002, p.33).

A autora, nesse sentido, chama atenção para o fato de que a literatura ainda é, esmagadoramente, elitizada, porque parece circunscrita a lugares de privilégio em que, sendo construção social, tem excluído classes/categorias diversas, sem tirá-las completamente do lugar de objeto do texto, não lhe permitindo, por completo e, enfim, autoria sobre os próprios entendimentos acerca de si, fazendo com que permaneçam como o “outro” em boa parte das produções relacionadas à literatura brasileira. Os “outros”, nesse sentido, seriam então indivíduos marcados pela marginalização e pela subalternidade social impostas a seus próprios grupos de pertença que, ainda que tenham sido retratados por muitos autores, em diferentes épocas, trazem, junto à representação, problemas que demandam importantes e profundos debates. Acerca desses olhares, a autora chama atenção para três tipos de representação: a exótica, a crítica e a de dentro.

A exótica, segundo a autora, representa o “outro” com feições já dadas pela esfera social, muitas vezes, reforçando medos, preconceitos e sentimentos de superioridade/inferioridade de uma classe sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero (ou orientação sexual) sobre o/a outro/a, a partir de uma perspectiva dominante e cristalizada. É uma forma que representa o outro como marginal, mantendo, copiosamente, a imagem social já estabelecida, inclusive, de modo homogeneizante. A representação crítica, por outro lado, ainda que também fale do outro, *de fora*, também sob perspectiva da dominação, deixa entrever certo desconforto com a representação proporcionada ou ainda produz uma

desestabilização da visão dominante acerca de quem seriam e de como se sentiriam personagens marginalizados/subalternizados que representam estratos ou categorias sociais.

Há, na representação crítica, a construção do outro numa tentativa de fugir de estereótipos, mostrando, inclusive, que são diferentes nos intragrupos existentes, o que acaba por combater a representação exótica. Por último, mais distante ainda da representação exótica e, em muitos casos, mais autêntica que a representação crítica, está a representação intitulada por Dalcastagnè (2002) como a “*de dentro*”. Esse olhar, marcado pela voz de quem, normalmente, faz parte do grupo, historicamente, marginalizado, torna “possível notar uma grande variedade de perspectivas” acerca de quem são esses outros, que passam a se tornar principais por meio de suas próprias vozes, artefato nem sempre legitimado como produtor de epistemologias, de conhecimentos.

A partir de Carolina Maria de Jesus, por exemplo, Dalcastagnè (2002) ressalta a permanente dificuldade de valorização/legitimação de Carolina em meio à produção literária, pontuando que o *lugar de onde se ouve* também está, intrinsecamente, envolvido na valorização da literatura de muitas autoras. Sobre Carolina Maria de Jesus, Dalcastagnè (2002) suscita a riqueza da produção a partir de representações produzidas pela autora conforme excerto a seguir:

A perspectiva feminina de Carolina Maria de Jesus abre espaço para abrigar uma pluralidade de existências: da mãe solteira que precisa sustentar os filhos em meio à miséria ao cigano bonito, com asas nos pés. Mas há ainda a menina pobre que usa seu charme para conquistar as pessoas, o garotinho acusado de tentar violentar um bebê, o advogado pulha, os políticos corruptos que só são gentis durante as eleições, o homem triste abandonado pela esposa, os nortistas festeiros e tocadores de viola (Dalcastagnè, 2002, p. 64).

A partir do trecho de *Quarto de Despejo*, Dalcastagnè (2002) aponta para necessidade de pensar, continuamente, sobre a necessidade de valorizar as vozes de grupos que, por séculos, foram subalternizados, proporcionando diversidade e democratização do fazer literário, além da necessidade de um olhar apurado e uma escuta ativa sobre as representações que circulam sobre grupos que, ao longo da história, não tiveram produção reconhecida ou mesmo chance de produzir.

É, nesse sentido, um convite para olharmos para produções literárias contemporâneas que ecoam/assinalam/representam vozes daqueles que, sendo pertencentes a um grupo situado fora da zona histórica dos privilégios, também apresentam vasta representação da pluralidade existente dentro dele ou,

simplesmente, explicitam que ele é diverso e complexo o suficiente para ser ou deixar de ser entendido como *um só*. Com esse movimento, é possível também desestabilizar a noção do que é centro, do que é periferia, em profunda possibilidade de letramento de reexistência (Souza, 2009).

Diante disso, para este artigo, analisamos o romance *O avesso da pele*, considerando não só representações acerca da gradação da necropolítica e do necropoder, mas também como os personagens são, de modos diversificados, construídos e (re)posicionados diante desses moldes de dominação ao longo da narrativa.

2.2 Necropolítica, Racismo e Colonialidade

Em seu ensaio *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, publicado em 2019 pela editora *n-1*, o filósofo camaronês Achille Mbembe convida o leitor a refletir não só sobre as inúmeras formas de provocar destruição de pessoas, efetivamente produzindo e induzindo assassinatos e suicídios, mas também sobre as maneiras por meio das quais condições de vida são oferecidas a determinadas populações, e modo que sejam submetidas a um *status* social de “mortas-vivas” antes mesmo de suas mortes concretas. Esse urgente convite à reflexão é feito, sobretudo, a partir da elaboração dos conceitos de necropolítica e de necropoder, sendo ambos os processos expressões máximas de soberania, calcadas no poder e na capacidade máxima de ditar quem pode/deve viver e quem pode/deve morrer. Nas palavras do autor, reside na possibilidade “de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2019, p.41).

Soberania, nesse sentido, simboliza o exercício do poder a partir do controle sobre a definição da vida e sobre a mortalidade cujo projeto central não necessariamente “é a luta pela autonomia, mas pela instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e de suas populações” (Mbembe, 2019, p.11). É expressa ainda como licença para matar fundamentada na criação de uma relação de inimizade como normatividade para perda da vida, na elaboração de um inimigo ficcional contra o qual o poder, não necessariamente estatal, sequencialmente, apelará para o livre trânsito de um brutal extermínio que atinge, gradativamente, o psíquico, o social, o histórico, o cultural, o

físico e, por fim, a totalizante vida de corpos/grupos fantasmagorizados pelas relações de soberania sobre eles exercidas.

A contribuição de Mbembe para o Brasil, país que violentamente massacra a população negra cuja origem está atrelada à ancestralidade que, sofredamente, foi dispersada pelos forçados movimentos diaspóricos durante corridas imperialistas, é imensa, principalmente, porque afirma que relatos históricos que versam sobre o surgimento do terror moderno não podem excluir a escravização de pessoas como uma das primeiras e uma das mais evidentes “manifestações da experimentação da biopolítica em estados que se configurariam como de exceção”.

Acerca disso, aponta que a soberania também se estabelece sob formato de ocupação – ocupação essa que, diretamente, relega ao colonizado um estatuto de objetificação quase que completa. Isso porque a esteira colonial fundamenta-se na apreensão, na demarcação, na afirmação do controle sobre a população e sobre o espaço geográfico, sendo essas inscrições as bases para a criação de novas relações que produziram não só fronteiras e hierarquias, mas também zonas e enclaves, além da subversão de regimes de propriedades existentes em que a classificação de pessoas emergiu a partir de categorizações diversas, da extração de recursos e da ampla elaboração de imaginários culturais. Segundo Mbembe (2019), o espaço, nesse sentido, configura-se como “matéria-prima da soberania e da violência que nele se instaurava”.

Nesse contexto, o poder sobre a vida humana foi, profundamente, pautado pelos ideais de uma comercialização que, conforme Mbembe (2019), ainda dissolve humanidades ao ponto em que a vida de uma pessoa se configura, pura e simplesmente, propriedade de outra, fazendo com que, em contexto de *plantation*, por exemplo, a humanidade do escravizado fosse vista como “sombra personificada” na qual é possível observar uma tripla perda: a perda do lar, a perda do corpo, a perda do estatuto político. Essa tríplice mutilação, explicitamente vista na relação de dominação de senhores sobre escravizados, aponta que:

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho corresponde a uma necessidade e ele é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, de crueldade e de profanidade intensos. O curso violento da vida de um escravo se manifesta de forma cruel e descontrolada ou no espetáculo de sofrimentos impostos ao corpo. Violência, aqui, se torna componente de etiqueta, como dar chicoteadas para tirar a vida: um capricho ou um ato de pura destruição visando incutir terror (Mbembe, 2019, p. 28-29).

Tal sistema, consoante ao autor, pressupõe não só a distribuição da espécie humana em grupos hierárquicos, mas também subdivide esses grupos em subpartições ainda mais severas, criando o estabelecimento de fissuras, racialmente, marcadas. Nesse sentido, o autor salienta que “a raça foi sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente, quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou da dominação exercida sobre eles” (Mbembe, 2019, p.18). Ao citar Arendt, a partir de *Origens do Totalitarismo*, reforça que o racismo, sob essa ótica, foi tecnologia destinada a permitir o exercício do velho direito soberano de matar. O forjar da raça e seu maquinário divisório, nesse sentido, foi e ainda é, sob perspectiva política, não o começo da humanidade, mas seu mais perverso fim (Arendt, 2012, p.232). Diante disso, no entanto, Mbembe (2019) relembra movimentos, exercícios e possibilidades de resistência:

Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e mero instrumento de produção, o sujeito escravo, apesar disso, é capaz de extrair, de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem, ou gesto uma representação e estilizá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele/ela nada mais é de que um fragmento, é capaz de demonstrar capacidades polimorfas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente pertencia a um outro (Mbembe, 2019, p. 132).

O cenário da escravização, mesmo após abolição, após independência do colonizador e ainda em temporalidades contemporâneas, não se dissolve nem dissipa em terras (ex) colonizadas. Pelo contrário, continua a pautar comportamentos e a vitimar os mesmos alvos sob ordens diversas, o que provoca também resistências múltiplas em campos socioculturais. A cristalização do pensamento social, por outro lado, demora a sofrer rupturas. A persistência estrutural e ideológica são suscitadas em *Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina*, do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), uma vez que o autor ressalta que, embora colonização e colonialidade sejam processos diferentes, estão intrinsecamente conectados.

Quijano (2005) aponta que o processo de colonização se estabeleceu como sistema histórico verticalizado que consolidou o processo de domínio de um povo sobre o outro, tendo sua ruptura formal, por exemplo, em fluxos de luta e de oficialização de independência. A colonialidade, por sua vez, segundo o autor, deixa-se se entrever, além disso, ainda na perpetuação não só de valores e de hábitos, mas também de pensamentos e de regimes de colonização que não se anulam na

experiência dos povos colonizados nem mesmo após a histórica ruptura do modelo formal de dominação.

Assim, em países como o Brasil, que foram colônias de exploração marcadas pela violência, ainda é configurada a contínua experiência de tentativa de apagamento dos costumes dos povos que foram objetificados para fins escravocratas/utilitaristas e, por essa mesma razão, alvos de epistemicídio, ferindo, sobretudo, suas subjetividades, seus corpos, suas vidas. Quijano (2005), ainda na esteira desse pensamento, também traz à tona como, por exemplo, categorias raciais, forjadas no bojo da colonização, servem até hoje às experiências de subalternidade e de marginalização vividas em terras colonizadas que têm povos originários e povos da diáspora negra como principais alvos de práticas de violência em diversos primas de execução.

Para esse fim, segundo Mbembe (2019), o Estado pode se transformar em uma máquina de guerra a partir de organizações difusas, polimorfas, compostas por homens armados que, sob máscara estatal, atentam contra grupos não armados, provocando insegurança constante. Ao citar Frantz Fanon, por meio da obra *Os condenados da Terra* (2005), aponta também como a ocupação colonial implicou divisões espaciais compartimentadas que podem ser observadas em fronteiras internas próprias, sendo quartéis e delegacias de polícia exemplos práticos da força pura, direta e frequente, reconhecidas até os dias atuais.

A necropolítica, o racismo e a colonialidade, dessa forma, caminham juntos ainda em século XXI, momento que diversos movimentos sociopolíticos, dentro e fora do campo das artes, insurgem na tentativa de frear a violência histórica e estrutural que fere o direito à dignidade, à liberdade e à segurança para existir dentro e fora de si, principalmente, quando a cor da pele se torna um fator de risco dentro de uma sociedade ainda presa aos moldes coloniais.

2.3 Gradações do Necropoder em *O avesso da Pele*

O romance *O avesso da pele*, do escritor carioca Jeferson Tenório, vencedor do prêmio Jabuti na categoria Romance Literário em 2021, traz a narrativa de Pedro, um jovem de 22 anos que se encontra diante dos objetos que sobreviveram a seu pai Henrique, brutalmente, assassinado em uma abordagem policial. Já de início, percebemos que Pedro se dirige à figura paterna em um processo de tentativa de apreensão daquela vida marcada por ausências e por caos, como ele a define: as

canetas sem tinta em cima da mesa, as meias sem par misturadas, as notas de supermercado, as redações dos alunos, um alguidar com um ocutá¹ enrolado em guias de cores vermelhas, verdes e brancas. O primeiro cenário retratado nos revela duas informações importantes sobre Henrique: ele era professor e pertencente a um culto religioso de matriz africana, no qual descobriu que sua cabeça pertencia a Ogum, o único orixá que sabe lidar com abismos, de acordo com o que nos conta Pedro.

Imerso no caos paterno que o comove, Pedro busca restituir uma existência que, para ele, enquanto filho, é marcada por lacunas, por isso, em seu monólogo – que é também a vivência do luto na presentificação do pai que se recusa a partir – objetos, memórias e imaginação se misturam para tentar esclarecer a grande pergunta: quem era Henrique? Quem era esse homem que, até o final da vida, acreditou que os livros poderiam fazer algo pelas pessoas? Quem era esse jovem de 18 anos que, ao fazer uma endoscopia sem anestesia em um hospital público em Porto Alegre, descobriu uma ferida no estômago que o acompanharia por toda vida? Quem era essa criança que, aos doze, fora diagnosticada com ansiedade?

Apenas no segundo capítulo, temos mais uma informação fundamental sobre um traço que marcaria a existência de Henrique: ele era um homem negro na cidade de Porto Alegre². Dirigindo-se ao pai, como o faz em toda narrativa, Pedro relembra – (re)cria – a situação quando Henrique fora *algemado como bandido* a primeira vez aos catorze anos, ao *ser confundido com um bandido* que roubara o boné de um dos moleques que, em vista da *confusão*, o perseguiram na rua Barata Ribeiro e o espancaram dentro de uma igreja antes de chamarem a polícia, fato que fará parte de toda sua trajetória de vida.

O espancamento e a detenção, sofridos aos catorze, jogam luz sobre acontecimentos do passado e do presente, ligando-se aos dedos presos na porta pelas professoras da creche apenas por maldade para ver até onde ele aguentava a dor; ao comentário do primeiro chefe, Bruno Fragoso, sobre não gostar de negros,

¹ Òkúta é um vocábulo de origem lorubá que designa uma pedra símbolo que, dentro da afroespiritualidade, é consagrada e sacramentada ritualisticamente, sendo importante objeto de culto. Os descendentes da Tradição lorubá atribuem ao Òkúta um valor imensurável. A pedra representa longa vida não só porque não morre, mas também porque representa as lutas travadas durante a vida. Ler mais em: Òkúta – A pedra e suas aplicações dentro do sagrado, de Baba Guido Olo Ajaguna. Disponível em: <http://oduduwaaremu.blogspot.com/2015/06/okuta-apedra-e-suas-aplicacoes-dentro.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

² MORAIS et al. As faces do racismo no Rio Grande do Sul. In: Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/605941-as-faces-do-racismo-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 13 set. 2023.

porque desconfia deles, mas não de Henrique, que é um negro de alma branca; aos comentários racistas que são livremente propagados em tom de humor na mesa durante os almoços de família na casa de sua namorada – de pele branca, como pontua enfaticamente Pedro, ao susto que levavam alguns familiares quando conheciam o único professor negro da escola, pois *ainda era raro haver professores negros no sul do país* (p.130), às oitos abordagens policiais sofridas narradas no quarto capítulo: estar parado na frente do prédio esperando carona para ir ao trabalho, jogar futebol em uma praça, voltar a pé de uma danceteria ou caminhar no parque – qualquer ação poderia ser considerada suspeita.

De forma potente, a percepção de que a cor da pele forma um mundo feito contra si estará presente em uma espécie de *manual de sobrevivência* que Henrique recebe ainda adolescente, do qual resultara uma vontade permanente de ficar calado:

Você apenas pensou que havia um problema com você, mas talvez nunca tenha percebido que toda aquela vontade de ficar calado, que toda aquela vontade de permanecer quieto, pudesse ter a ver com a cor de sua pele. Que o seu receio de falar, seu receio de se expor, pudesse ter a ver com as orientações que você recebeu desde a infância: não chame a atenção dos brancos. Não fale alto em certos lugares, as pessoas se assustam quando um rapaz negro fala alto. Não ande por muito tempo atrás de uma pessoa branca na rua. Não faça nenhum tipo de movimento brusco quando um policial te abordar. Nunca saia sem documentos. Não anda com quem não presta. Não seja um vagabundo, tenha sempre um emprego. Tudo isso passara anos reverberando em você (p. 88).

Além das marcas das violências físicas sofridas, Pedro também identifica na trajetória paterna e, de modo consonante, a trajetória materna, em sua dificuldade para expressão explícita do afeto diante da aspereza e da aversão que seus ambientes de convívio os oferecem – pois seria ilusão *achar que racismo não tinha nada a ver com amor* (p. 28) – discussão que só será oferecida a Henrique durante o pré-vestibular ao conhecer o professor Oliveira, quem lhe fala a primeira vez sobre negritude. No percurso traçado por Henrique – nas memórias construídas por Pedro – é como se a brutalidade tentasse apagar o lugar dos afetos de quem aprende cedo que não pode chorar, pois o *pranto enfraquece sua mãe* (p. 69).

A correlação entre afetos e cor da pele está presente em um dos conselhos de Henrique que Pedro diz guardar com mais cuidado. É como se o pai aconselhasse ao filho não se deixar embrutecer como, em certa medida, aconteceu com ele:

É necessário preservar o avesso, *você me disse*. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina o nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja

medida pela cor, por mais que suas atitudes de modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos (p. 61).

É justamente essa apreensão de uma vida determinada pela cor da pele que caracterizará, também, grande parte do resgate materno, quando Pedro aponta que Martha – sua mãe – teve a trajetória definida pelo crescimento de um poço fundo dentro dela, como um corpo sempre marcado pela falta. Na infância de Martha, havia a falta de comida; na adolescência, houve a falta do Movimento Negro para defendê-la quando se sentia invadida pelos olhares dos homens mais velhos que a chamavam de *mulatinha muito gostosa* (p.54) ou quando a família de seu namorado concluiu que *uma moreninha forte como ela pode ajudar bastante na limpeza da casa* (p.79), ou mesmo quando Vitinho – o namorado – a agrediu sob a justificativa de que *pretas não prestam* (p.100).

Na vida adulta, as faltas estavam acumuladas de forma tamanha, que foi impossível lidar com os próprios fantasmas e desenvolver um relacionamento afetivo estruturado com confiança e com amabilidade. O poço fundo dentro de Martha dialoga, diretamente, com a ferida no estômago de Henrique: dois abismos que não se tocam, dois mistérios. Tal abismo de Martha é trazido à tona quando Pedro rememora um diálogo entre ela e Henrique:

No início você tentou argumentar dizendo que ser um casal negro em Porto Alegre, nessa cidade que é a mais racista do país, não era fácil. E minha mão dizia que você era muito dramático e até quando a gente vai ficar se lamentando? A vida é assim, Henrique, lide com isso. Temos que olhar para frente. O movimento negro nunca fez nada por mim. O movimento negro acha que tudo se resume à cor da pele. Se esqueceram que ser um homem negro é muito diferente de ser uma mulher negra. E às vezes vocês, por serem homens negros, acham que está tudo resolvido, que estamos sempre no mesmo barco e que o racismo justifica todas as merdas que vocês fazem com as mulheres. [...] Onde o movimento negro estava quando não impediu que minha mãe morresse bêbada na rua? Eu queria saber por que ninguém se importou com ela e nem com os filhos dela. Minha mãe bebia para se proteger da realidade. Ela era uma mulher negra, na década de 80, com quatro filhos para criar. Era o mundo contra ela e contra nós. Ela era uma presa fácil, entende? Porque a gente, às vezes, cansa de suportar. E quem a manteve de pé até que pudéssemos sobreviver não foi o discurso do movimento negro, mas as garrafas de cerveja e a cachaça que ela conseguia beber. Eu não quero dizer que essa história de negritude não tenha importância, não é isso, mas esse tipo de movimento coloca todos nós no mesmo balaio. Os negros são diferentes. Não somos todos iguais (p. 176).

A percepção dos pais como duas ausências, como dois corpos machucados com extrema dificuldade de comunhão, impõe-se tanto na relação entre eles quanto na sua relação de filho, quando Pedro recorda, por exemplo, as vezes em que Henrique quis explicar-lhe sobre racismo de forma muito didática e teórica para uma criança ou quando o pai priorizava os livros, demonstrando mais interesse neles do que em atividades conjuntas afetivas. Quanto à Martha, por várias vezes, Pedro a caracteriza como um enigma e, ao mesmo tempo, como uma presença que o sufoca, como se ela apenas soubesse demonstrar afeto correlacionando-o ao controle, a imposições, a brigas, a ameaças.

As correlações acima estabelecidas entre *afetos* e *cor da pele*, traçadas pelas memórias de Pedro, alcançam um clímax narrativo durante o oitavo capítulo, no qual Pedro resgata/recria a abordagem policial que resultou na morte de Henrique. Distraído após uma aula catártica sobre *Crime e Castigo*, momento que marca seus vinte anos de magistério e que, supostamente, poderia retirá-lo de seu abismo, Henrique caminha sem ouvir e sem ver as sirenes de uma viatura policial, misturadas às vozes que o mandam parar. Henrique caminha sem obedecer à voz que o manda *encostar no muro*. Henrique é um homem negro na cidade de Porto Alegre que olha para os policiais sem enxergá-los, pois ainda estava deslumbrado com a *cara de interesse* de seus alunos na narrativa de Dostoiévski. Henrique é um homem negro que, ao intentar abrir uma pasta para mostrar as redações de seus estudantes aos policiais, leva um primeiro tiro no ombro, um segundo tiro no peito e um terceiro tiro na cabeça. Henrique era apenas um homem negro distraído, que tem como última imagem a *lua-gema-de-ovo-no-copo-azul-lá-do-céu* (p.177).

Henrique, segundo um ex-aluno que pediu a palavra em seu velório, era um professor que *não morreu por mera circunstância da vida, morreu porque era alvo de uma política de Estado. Uma política que persegue e mata homens negros e mulheres negras há séculos* (p.180). Nas páginas finais de *O avesso da pele*, as marcas da negritude se incidindo sobre a pele encontram ressonância nas reflexões de Pedro sobre as trajetórias paterna e materna ao observar que sua pele era mais clara do que a deles e que, talvez, por essa razão, só tenha sido parado pela polícia duas vezes até aquele momento.

Após o enterro, em um diálogo com sua tia Luara, mulher negra, de pele retinta como a de Henrique, nós, leitores, somos imersos em uma enumeração confessional de formas de violência empregadas sobre os corpos negros. Luara, em tom

emocionado, abre-se ao sobrinho ao ser indagada sobre como ela suportaria *aquilo tudo*:

A gente se acostuma com tudo. A gente se acostuma quando você caminha na rua e as pessoas recolhem as bolsas e mochilas, a gente se acostuma quando os próprios homens preferem as negras mais claras, a gente se acostuma a ser só. A gente se acostuma a chegar a uma entrevista de emprego e fingir que não percebeu a cara desapontada do entrevistador. Mas não estou reclamando, porque com o passar dos anos eu aprendi a me defender bem. Aprendi a inventar estratégias de sobrevivência. Seu pai também teve que inventar estratégias. Mas isso não significa que sejamos sempre bem-sucedidos. Quero dizer que nós, às vezes, falhamos. E falhar, no nosso caso, pode resultar num erro fatal. Ainda assim, Pedro, ainda assim a gente segue (p. 181).

A ausência física do pai – que se mistura à ausência de si buscada, conscientemente ou não, como estratégia de sobrevivência pelo próprio Henrique – é o que Pedro deseja arrancar de seu corpo a partir da reconstituição de uma vida que carregava uma história *para além de ser uma ameaça* (p.184). Mas, *no sul do Brasil, um corpo negro será sempre um corpo em risco* (p.184), *um corpo negro está sempre invadindo um espaço* (p.185). As reflexões derradeiras de Pedro, enquanto caminha com o ocutá de Henrique nas mãos pelas ruas de Porto Alegre, parecem nos mostrar que Porto Alegre alcança, na narrativa, *status* de uma metonímia representativa de um Brasil que, sob o título de país cordial, carrega o sangue derramado por políticas de morte que têm como alvo a população negra e periférica.

Tais políticas, vale dizer, operam não apenas sobre a morte concreta dos sujeitos, corpos-alvos das necropolíticas estatais representadas pela polícia que mata Henrique e, sabidamente, cidadãos/cidadãs negros/negras, mas por diferentes gradações que marcam, que ferem e que suspendem uma vida plena de direitos da população negra no Brasil que, desde o nascimento até a morte, é submetida a violências de um poder soberano que não lhes permite uma existência que não retorne aos moldes coloniais brasileiros.

3 Conclusão

Diante da análise proposta, compreendemos que o romance contemporâneo *O avesso da pele* nos permite, em perspectiva de representação *de dentro*, conhecer personagens complexos que, marcadamente racializados no campo da negritude, nos trazem diferentes faces da existência negra diante de uma necropolítica que é gradual. Nesse sentido, apresenta-se como obra literária contemporânea e insurgente que, ao

mesmo tempo que apresenta distintas maneiras de ser e de sentir-se negro(a), em uma capital em que o racismo é traço explícito, sendo metonímia de um país permeado pela colonialidade, não deixa de assinalar as diferentes formas com que a soberania do poder degrada a vida de sujeitos de cor que aparecem em cenários diferentes daqueles que são comumente vistos em literaturas de épocas anteriores.

Henrique, pai do narrador, é inscrito no campo da intelectualidade docente, ainda que esse espaço ainda seja dado na narrativa e na sociedade como pouco ocupado por pessoas de cor. Nesse lugar, há construção do homem negro como esperançoso, que acredita na escrita como salvação, ainda que tenha passado por episódios que, pouco a pouco, atentaram contra sua integridade emocional e física, tendo ápice em seu assassinato via polícia, instituição que, sendo braço do Estado, deveria protegê-lo.

Henrique, denso personagem na sociedade ficcional, tem ansiedade desde jovem, tem problemas de estômago, talvez, porque se perceba alvo desde muito tempo e, ao menor sinal de esquecimento, tem sua vida retirada. É também entregue ao trabalho e anda com objeto religioso de matriz africana em vistas de proteção. É vítima do racismo que embrutece todos os envolvidos, inclusive, Martha, sua esposa, embora tente ensinar ao filho formas de não embrutecimento diante da violação de corpos negros. Consciente do que é habitar um corpo retinto, busca ensinar ao filho que é possível resistir às artimanhas necropolíticas desempenhadas, além da polícia, pela escola que pouquíssimo fala sobre negritude, pelo chefe que o elogia a partir de dizeres que ferem, pela sociedade, enfim, de um modo geral, que também espanca, aturde e abandona.

Acerca da mãe, é também possível perceber os efeitos do racismo no campo dos afetos, uma vez que a insegurança alimentar, os assédios constantes, a inscrição no campo do trabalho doméstico mal remunerado e as agressões físicas em outras relações amorosas constroem uma mulher que não se permite mais sentir afetos, mesmo dores, sendo o poço uma metáfora de algo profundo, vazio, sem iluminação para enxergar outros caminhos e até mesmo sentir de outra forma o que a vida, cotidianamente, impõe. Luara, nessa seara, é a confirmação das dificuldades vividas pela família, a partir da qual também são apresentadas novas formas de atentar contra dignidade de pessoas negras em diversificadas ações sociais e estatais. É a verbalização daquilo que Pedro passa a compreender.

Pedro, por fim, é um jovem em meio a tudo que assiste, que ouve, que aprende e, sobretudo, que perde. É o menino que entende a mutilação do povo negro e que segue, com medo, com o cutá em mãos, em uma cidade que representa o próprio país. É o personagem que comunica as dores de uma juventude que, hoje, tem buscado, cada vez mais, compreender por que olhar para a ancestralidade pode não só causar imensa dor, mas tamanha necessidade de resistir à história deste território. É, talvez, a representação da consciência de uma das possibilidades de descobrir-se negro em uma família de negros que muito já foram vitimados pela brutalidade do racismo. É um narrador-personagem que nos apresenta múltiplas facetas de múltiplos personagens construídos por um autor que, certamente, representa o que conhece e, sem dúvida alguma, merece destaque máximo no cenário nacional.

GRADATIONS OF NECROPOWER IN *O AVESSO DA PELE*: THE INSURGENT CHARACTER OF LITERATURE

ABSTRACT: This article aims to elicit necropolitical representations and practices in the work *O avesso da pele*, by Jeferson Tenório, evidenced, mainly, from the life trajectories of the characters Henrique and Martha, recovered by the memorialistic narrative of their son Pedro, in which the parents assume, respectively, the symbology of a wound in the stomach and a bottomless well. In this context, the methodology is to perceive how *O avesso da pele*, a contemporary novel, unmasks multiple forms of violence employed on marginalized bodies, in which the city of Porto Alegre can be apprehended as a metonym of the very country of which it is a part. It is expected, with this analysis, to reaffirm, as a conclusion of the study, the insurgent character of literature in the fight against the violence experienced, daily, by the black population in Brazil, being, in itself, a new way to represent, to resist and to transform the necropolitical scenario that exists, in this territory, since colonial Brazil.

Keywords: The Flipside of Skin. Necropolitics. Blackness. Contemporary Literature. Insurgent Literature

Referências

AJAGUNA, Baba Guido Olo. Òkúta – A pedra e suas aplicações dentro do sagrado. Disponível em: <http://oduduwaaremu.blogspot.com/2015/06/okuta-apedra-e-suas-aplicacoes-dentro.html> Acesso em: 13 set. 2023.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do Outro como não-ser*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo.

DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, v. 20, p. 33-77, 2002. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2214/1773>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERREIRA, Tatiana de Souza. Resenha do Livro Necropolítica. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, p.117-120, jan/jun 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América*. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005.

RAMOS, Silvia et al. *Pele alvo: a cor que a polícia apaga*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez 2010.

TENÓRIO, Jeferson. *O avesso da pele*. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

Recebido em 20/09/2023

Aceito em 24/10/2024

Publicado em 26/12/2024